



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições, com base no art. 42, inciso X da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO PRATA LTDA

CNPJ/CPF : 24.021.677/0010-65

Empreendimento : COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO PRATA LTDA

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Rodovia BR 497 número/km 80,7 Bairro Industrial Cep 38140-000 Prata - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Prata (LAT) -19.3019, (LONG) -48.9389

Fator locacional resultante : 0

Classe predominante resultante : 3

Modalidade de licenciamento : LAS RAS

Processo Administrativo Licenciamento : 2003/2023

Motivo da decisão:

Em análise da documentação apresentada pelo empreendedor constata-se que os documentos protocolados em resposta ao pedido de informações complementares foram insuficientes para subsidiar a análise técnica visto que não foram informados o(s) processo(s) produtivo(s) adotado(s), não foram enumerados potenciais impactos com as medidas mitigadoras bem como não foram citados os devidos sistemas de controle adotados pelo empreendimento

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Uberlândia, 04/10/2023.

Documento assinado eletronicamente por BRUNO NETO DE AVILA, Superintendente, em 04/10/2023 18:23 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018.